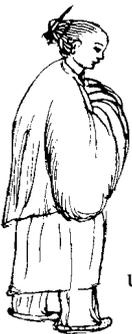




População e Sistema Demográfico em Macau (Séculos XVI-XVIII)

IVO CARNEIRO DE SOUSA*



A fundação e desenvolvimento históricos de Macau não se podem apresentar simplisticamente como o resultado de uma acção individual, por mais heróica e inteligente que se queira representar, de um evento singular ou, muito menos, de qualquer génio especial lusitano predestinado a difundir pelo mundo fora um “novo” homem e uma “nova” civilização a partir da sua “especial” capacidade de adaptação aos mundos tropicais. A história de Macau, incluindo o tema muito debatido, mas mal resolvido cientificamente, das suas “origens”, é um processo. Este processo foi mobilizando diferentes narrativas das “origens” da cidade que, com frequência, se mostram contraditórias, exageram factos, inventam identidades e organizam a sua própria representação da população local. Infelizmente, a história da população e das estruturas demográficas do enclave macaense desde as primeiras fixações de comerciantes portugueses, entre 1555-1557 e finais do século xviii, em sede de uma sociedade ainda nitidamente pré-industrial, não têm convocado estudos esclarecedores, descontadas algumas persistentes interpretações

gerais tão pouco documentadas como agarradas a perspectivas dominadas pela qualificação quase “ideológica” dos seus habitantes. Como veremos, são praticamente inexistentes as investigações sobre a população chinesa esmagadoramente dominante na demografia do território, sobrando títulos e ensaios dedicados a uma pequena minoria populacional que, identificada geralmente como “macaense”, se procura acompanhar enquanto grupo “fundacional” da cidade mesmo quando apenas se consegue documentar o conceito e este agrupamento social já bem entrado o século xix em estreita comunicação com os processos, duplamente, de resistência e identidade da burguesia comercial local e, mais tarde, do funcionalismo assalariado colonial. Problemáticas que este estudo não deixará de tentar cruzar e ajudar a perceber com maior rigor documental e científico.

Felizmente, em contraste, sabemos documentadamente que a população de Macau e o seu sistema demográfico plurissecular tradicional mudam rápida e profundamente entre 1820 e 1850. Uma ampla colecção de factores económicos e sociais associam-se para consolidar esta mutação nas estruturas populacionais, dissolvendo sem retorno as formas pré-industriais de equilibrar população e recursos, estamentação e



* Historiador. Professor e Vice-reitor para a Investigação e Relações Internacionais da Universidade de S. José (Macau).

Historian. Full Professor and Vice-Rector for Research & International Relations at the St. Joseph University (Macau).

HISTORIOGRAFIA

divisão social do trabalho, capital e trabalho, poderes sociais e representação política. A alteração oitocentista profunda da ordem demográfica de Macau começa por ressaltar nitidamente da uma nova ordem da competição económica e comercial entre as diferentes economias-mundo, favorecendo definitivamente a hegemonia comercial colonial europeia, potenciando uma renovada ofensiva política, económica e social do colonialismo europeu, provocando nos diferentes mundos asiáticos mudanças na sua posição económica, nas estruturas da divisão social do trabalho e nas relações comerciais universais. A mutação demográfica organiza-se também com os primórdios da industrialização do enclave, estendendo-se das indústrias têxteis e da construção civil à “revolução” dos transportes arrastada pela introdução do vapor nos tratos marítimos. Uma alteração profunda marcada igualmente pelo crescimento exponencial da emigração de trabalhadores chineses que, em torno do modelo dos *coolies*, encontram em Macau uma plataforma de distribuição à escala mundial e, ainda que mais fragmentariamente, trabalho local. Assim, um crescimento continuado da população geral macaense impõe-se nas primeiras décadas do século xix para ficar, gerado não pela alteração das estruturas demográficas naturais – mortalidade, natalidade e fecundidade – mas por um processo permanente de recrutamento e fixação de emigração chinesa. Um modelo demográfico que persiste ainda hoje, sendo difícil avaliar com rigor quando e em que condições deixará Macau de

crescer demograficamente graças à emigração, mais ainda quando se verifica uma inelutável queda da natalidade e um abaixamento ainda mais importante da mortalidade, ampliando a esperança de vida, mas provocando novos dilemas sociais e económicos que, provavelmente, virão a ser responsáveis pela dissolução da ordem demográfica “industrial” do território.

Quando se estuda a demografia histórica de Macau, entre finais do século xvi e o ocaso do século xviii, deve começar-se por sublinhar que o tecto demográfico plurissecular da população de Macau se encontrava praticamente estabilizado entre 12 000/15 000 habitantes. Este padrão demográfico equilibrado dissolve-se aceleradamente não em função da súbita modificação do jogo das estruturas e estratégias demográficas, mas precisamente a partir de factores exógenos pautados por esse continuado afluxo de emigração laboral chinesa, sobretudo jovem e masculina. Os primeiros esforços de uma civilização censitária, começando pelo arrolamento militar de 1822, passando pelo numeramento do Leal Senado de 1837 até se chegar aos primeiros censos modernos, em 1878 e 1897, testemunham esta mudança do paradigma demográfico agora marcado para sempre por um crescimento exponencial da população maioritária chinesa do enclave: “mais de 8000”, em 1822, a população chinesa salta, em 1837, já para cerca de 20 000, ultrapassando por si só o tecto demográfico tradicional. Depois, em 1878, o primeiro grande censo “moderno” apresenta uma sociedade completamente dominada pelos habitantes chineses: os “portugueses” são quantificados



HISTORIOGRAPHY



em 4431, os “estrangeiros” em 78 e os chineses em 55 450, incluindo 8935 “habitantes marítimos”. Quase no final do século, em 1897, novo censo situa a população geral em 78 706 habitantes, caindo os “portugueses” para 3898 e crescendo a população local recenseada como chinesa para 74 627.¹

A evidente clareza destes dados quantitativos, pese embora as estimativas ainda pouco rigorosas das primeiras décadas de Oitocentos, não se consegue descobrir para esse período demorado da história demográfica de Macau que se estende desde as primeiras fixações autorizadas de portugueses no enclave, em meados do século xvi, até ao debutar da década de 1820: sobra em apreciações qualitativas, fundamentalmente estratégicas, o que escasseia em dados quantitativos e seriais. Trata-se, afinal, de um longo período pré-censitário que não se consegue esclarecer a não ser através de uma viagem sinuosa em que se torna necessário tentar mais dilucidar o processo demográfico da sociedade pré-industrial macaense e menos creditar as propostas quantitativas quase sempre limitadas a qualificar a população cristã do enclave, apesar da sua evidente heterogeneidade social. Seja como for, os primeiros esforços de avaliação da população macaense foram-se organizando em torno da competição pela produção das narrativas da “fundação” da cidade, um processo dominado inicialmente pela escrita e pelas estratégias religiosas dos primeiros jesuítas em circulação pelo território.

Com efeito, entre as várias narrativas da “fundação” – depois perspectivadas precipitadamente como “das origens” – de Macau com impacto na investigação da história demográfica pré-industrial do enclave interessa começar por visitar com alguma atenção a estratégia populacional especializada pela morfologia social de textos, cartas e documentos produzidos por alguns dos primeiros religiosos jesuítas que circularam pela pequena península. Vários membros da Companhia de Jesus tentaram mesmo sugerir, sobretudo na sua muito regular epistolografia – tantas vezes dirigida aos responsáveis na Europa da Companhia –, ter-se Macau transformado verdadeiramente numa “cidade cristã” apenas quando os jesuítas começaram a frequentar o território. Assim, num curioso texto epistolar da autoria do jesuíta italiano Giovanni Battista de Monte (1528-1587) enviado para o reitor da Casa de S. Roque em Lisboa, escrito documentadamente em Macau, a 26 de Dezembro de 1562, esclarecia-se este panorama de

uma “viciosa” população que, à excepção dos “chins”, apenas aguardava a verdadeira “fundação” de uma “cidade cristã” sob a orientação da pregação jesuíta:

“O número de portugueses que agora estão em esta terra será perto de oitocentos. Antes que nós viéssemos a esta terra, os homens viviam mui desacostumadamente. Isto, louvado seja Nosso Senhor, parece depois que o padre prega e confessamos emendarem-se muito. Quantos aos homens desta terra, id est, os chins, achamo-los muito alheios da nossa santa fé. Porque até agora nenhum fruto fizemos neles.”²

Estas notícias limitadas a avaliar o número de “portugueses” – o principal objecto da actividade religiosa dos jesuítas, já que os “chins” se mostravam “muito alheios da nossa santa fé”... – não concretizam qualquer esforço de rigor “censitário”, mas apenas representam qualitativamente uma fracção populacional, quase sempre em números redondos, verdadeiros substantivos, estratégia que se repete noutras informações destes primeiros jesuítas a alcançar Macau, sempre destacando esse esforço de pregação e moralização de uma população perdida em vícios muitos. Escrevendo também do enclave, agora em 1563, para os jesuítas de Goa, o P.º Manuel Teixeira (1536-1590) refere apenas na sua informação que

“Nós e os padres que para o Japão vão nos ocupamos com oitocentos ou novecentos portugueses que neste porto estão, de diversos portos a ele acorrem, nos quais há sempre tanto que fazer quão remotas e diversas são as partes por que andam e gentes com quem conversam e tratos que trazem. Publicamos-lhes um jubileu que do senhor bispo de Malaca trouxemos, do qual creio se serviu muito Nosso Senhor, assim no interior e oculto como no exterior, e muitas pazes de importância e em outras obras santas. Tomaram nesta nossa casa trezentos portugueses o santíssimo sacramento, além de outros que em outra igreja que aqui está o tomaram.”³

É preciso esperar um ano e sair de Macau em direcção a essas muitas ínsulas do delta do rio da Pérola e dos mares do Sul da China com os seus lucrativos contrabandos para se encontrar, em carta de um jesuíta, uma primeira referência capaz de matizar a própria avaliação qualitativa da população representada

大西洋國尼僧女尼

大西洋國有教化治世二王習易者皆治世類尼僧則教化類也奉天主耶穌像
夷人教信之有大事蘇微不佳汝必請命焉其法王刑髮留鬚青斗帽衣縮衣
出入裝蓋樹幡僧離衛之男女兒者輒跪捧足侯過乃起凡通曉天官家言曾
遊京師者皆留鬚髯辨華語能制儀範 女尼以白布纏頭及胸縮衣單帶
單履夷人教奉尤甚於僧一為尼一家皆為佛養家入惟重謹得尼片紙立宥
之然其始必捐千金歸公既入寺則終身不出其在澳門者僧居三巴寺該慈廟
等處尼亦別立寺廟戒律頗嚴

大西洋國尼僧女尼
大西洋國有教化治世二王習易者皆治世類尼僧則教化類也奉天主耶穌像
夷人教信之有大事蘇微不佳汝必請命焉其法王刑髮留鬚青斗帽衣縮衣
出入裝蓋樹幡僧離衛之男女兒者輒跪捧足侯過乃起凡通曉天官家言曾
遊京師者皆留鬚髯辨華語能制儀範 女尼以白布纏頭及胸縮衣單帶
單履夷人教奉尤甚於僧一為尼一家皆為佛養家入惟重謹得尼片紙立宥
之然其始必捐千金歸公既入寺則終身不出其在澳門者僧居三巴寺該慈廟
等處尼亦別立寺廟戒律頗嚴



HISTORIOGRAPHY

como “portuguesa”. Integrando o demorado mas fracassado projecto de enviar uma embaixada política portuguesa ao imperador chinês, dirigida por Gil de Góis e contando com a presença importante dos jesuítas Francisco Pérez (1514-1583) e Manuel Teixeira, o irmão da Companhia de Jesus André Pinto legou-nos um texto epistolar que começou a escrever em Macau e concluiu já em Cantão, a 30 de Novembro de 1564, dirigido aos seus companheiros do colégio da Companhia em Goa. Contando as actividades religiosas deste pequeno grupo de jesuítas no meio de muitos tráficos entre mercadores portugueses e chineses na “ilha do Pinhal”, provavelmente Lantao, a norte de Macau, o nosso religioso destaca que

“este domingo à tarde nos vieram os portugueses outra vez dar graças de nossa vinda e dos benefícios que Nosso Senhor com ela lhes fizera. E em reconhecimento nos trouxeram dez ou doze almas de moços e meninas que tinham para baptizar.”⁴

Não nos deixemos enganar pelo vocabulário epocal, já que “moços” e “meninas” eram termos usados para designar escravos. Neste caso, trata-se de escravatura masculina e feminina propriedade de mercadores portugueses ainda activos nos contrabandos das ilhas do Sul da China, pese embora essa “fundação” de Macau, normalmente fixada entre efemérides e cronologias em 1557. Seja como for, estes fragmentos textuais deixados na carta de André Pinto sublinham até a presença de escravas femininas de pouca idade, já que o termo “menina” identificava crianças e adolescentes, reservando-se neste período a noção de “moça” para as escravas jovens em idade nupcial. Importante é também constatar que estes escravos se encontravam por baptizar, assim circulando entre tratos e mercadores longe de qualquer controlo religioso católico que, neste caso, se viria a concretizar circunstancialmente. É muito difícil sugerir com absoluta certeza a origem desta escravatura. Contudo, atendendo a que grande parte das fortalezas e enclaves do “Estado da Índia” mobilizavam já nesta altura algum pessoal religioso e eclesiástico, estas referências a “moços e meninas que tinham por baptizar” deve testemunhar um exemplo de escravos chineses traficados neste excitado ambiente de espaços de contrabando e “fronteira” com escassa presença

sacerdotal. Apesar das fortes proibições imperiais, era possível aceder à compra de crianças chinesas vendidas pelas pobres populações destas ilhas ou pelas muitas famílias miseráveis que viviam apenas em embarcações oferecendo serviços, esperando os favores da pesca, não deixando perder a oportunidade de vender a parte mais frágil das suas numerosas proles. As fontes chinesas registaram, aliás, estas compras de crianças realizadas pelos portugueses entre Liampó e Chincheo, antes das primeiras fixações de mercadores europeus em Macau, tráfico que, apesar de reconhecido como crime, se afigura mesmo relativamente tolerado:

“apesar de que os Folangji não têm cometido nada de banditismo nem pirataria, as suas compras de crianças chinesas não deixam de ser um crime, mas não é um crime comparável ao banditismo. São os nossos habitantes fronteiriços quem as vendem ...”⁵

Informações que têm, pelo menos, a vantagem de fixar uma lição importante para os estudos de história da população de Macau: mesmo a simples designação de “portugueses” abarcava ao tempo um grupo populacional compósito, reunindo a portugueses europeus, ultramarinos e euro-asiáticos abundante escravatura asiática. O seu denominador comum era a fé, aceite ou forçada, no catolicismo, pese embora os comportamentos religiosos e morais destes grupos dominados pela mercancia terem impressionado mais do que negativamente os primeiros jesuítas a movimentar-se através de Macau.

Voltando ao novo abrigo do porto de Macau, uma carta escrita a 3 de Dezembro de 1564, da autorizada redacção do jesuíta Francisco Pérez, renova os tópicos das informações anteriores, apesar dos números redondos comparecerem mais matizados e da referência a servidores e “jurubaças” (intérpretes) chineses. Novamente, também o padre Perz prefere sublinhar outra vez estrategicamente o papel refundador da palavra dos religiosos da Companhia de Jesus na “criação” de Macau:

“Neste porto há muita gente nossa. Dizem que se ajuntaram aqui seiscentos ou setecentos portugueses, afora muita gente cristã misturada, como servidores e jurubaças, que são homens que sabem nossa língua e a da China, donde são naturais. Em todos se faz muito fruto em suas almas, com pregações e confissões e muitas amizades. O ano passado estivemos aqui cinco

⁴“Monge do país atlântico” e “Freira do país atlântico”, no “Quadro dos tributários do imperador Qianlong” (2.ª metade do século XVIII).

HISTORIOGRAFIA

padres, e todos tivemos muito que fazer, três que passaram para o Japão e dois que aqui ficámos. Alguns cristãos se fazem aqui destes que tratam aqui connosco, mas não é coisa que venha a conto para o que pretendemos ...”⁶

Esta espécie de fundação de uma Macau “cristã”, logo, a verdadeira fundação para estas narrativas do esforço da primeira geração de jesuítas, aparece mesmo tratada e ampliada cronisticamente na conhecida obra do padre Sebastião Gonçalves, concluída à volta de 1614 para chegar até nós com o título de *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infiéis à nossa santa fé católica nos reinos e províncias da Índia Oriental*.⁷ No livro nono desta volumosa crónica, o capítulo vinte e cinco trata com destaque e autonomia textual “Do que Nosso Senhor houve por bem obrar por meio dos Padres da Companhia em Amacao no ano de 1563”. Acompanhando esta cuidada representação cronística, descobrem-se agora mais do que arranjadamente as informações epistolares e os “números” que temos vindo a seguir:

“Averia nesse tempo na cidade do Nome de Deus novecentos portugueses, afora muitos cristãos da terra, com os quais tiveram matéria de exercitar seus talentos, principalmente por razão de um jubileu que o bispo de Malaca D. Jorge de Santa Luzia mandou publicar naquelas partes: comungaram na nossa igreja trezentos portugueses afora outros muitos que noutra parte comungaram. Daqui ficaram tão bem acostumados que muitos frequentavam cada oito e quinze dias os sacramentos da penitência e eucaristia. Visitavam os doentes ajudando-os a bem morrer e buscando esmolas para os pobres. Ensinavam ao domingo e dias santos a doutrina na igreja, a qual se enchia até ao alpendre. Acodiram com mil escravos com os quais se fazia muito fruto, e foi Nosso Senhor servido por via das confissões e pregações mover a muitos a deixar as ocasiões de pecado, de modo que se mandaram para a Índia mais de quatrocentas e cinquenta escravas, todas de muito preço, e na derradeira nau que foi para Malaca se embarcaram ainda passante de duzentas que eram as mais íntimas no amor e mais dificultosas de lançar fora, que foi um dos maiores serviços que a Deus Nosso Senhor naquela terra se fez pela sobeja soltura que havia



no vício da carne. Casaram-se algumas órfãs e muitos cristãos da terra que havia muitos anos estavam em pecado.”⁸

Se acreditássemos neste panorama populacional – que é também uma ordem e uma margem, ao não excluísse sempre os habitantes chineses –, o pequeno enclave de Macau reunia, em 1563, esses 900 “portugueses”, mais 1000 escravos, acompanhados ainda por mais (“passante”) de 650 escravas excessivamente “íntimas no amor”. Muita gente, é o que provavelmente estes números redondos sublinham. A verdade é que, se o número estimado de “portugueses” ainda aparece em algumas das informações anteriores, estas muitas centenas de viciosas escravas expulsas pela palavra e acção dos poucos religiosos da Companhia de Jesus não encontra fundamento nesses textos epistolares que procuravam precisamente destacar os benefícios pastorais e morais da presença jesuíta. Teriam sido mesmo expulsas do enclave centenas de escravas, propriedade dos muitos mercadores portugueses abrigados ao novo porto, ou encontrámos nesta inflamada declaração, a ler no interior de uma continuada misoginia epocal jesuíta, uma sorte de testemunho do lucrativo (“todas de muito preço”) tráfico de escravatura feminina que Macau foi demoradamente mantendo com a praça de Goa e outros destinos comerciais asiáticos?⁹ Seja qual for a resposta, o nosso cuidadoso cronista assinalava uma alternativa ao “vício da carne” e a essas culpadas mulheres “íntimas no amor”: a caridade e o matrimónio cristãos. Por isso, neste feliz ano verdadeiramente “fundador” da “cidade do Nome de Deus” de 1563, sob inspiração da palavra dos jesuítas, o cronista esclarece *in gratia*: “casaram-se algumas órfãs e muitos cristãos da terra que havia muitos anos estavam em pecado”.

Prosseguindo, uma outra carta escrita pelo P.º Manuel Teixeira para o grande Francisco de Borja, datada em Goa entre 25 de Dezembro de 1568 e 2 de Janeiro de 1569, volta a sistematizar informações sobre a população cristã de Macau em que não se contemplam as representações didácticas da crónica de Sebastião Gonçalves:

“Naquele porto onde os portugueses residem há já uma povoação de cinco ou seis mil almas cristãs, assim de portugueses mercadores que de diversas partes ali concorrem e gente que consigo trazem, como de chinas naturais que Nosso Senhor por meio dos cristãos vai convertendo.”¹⁰

HISTORIOGRAPHY



É melhor ficarmos com esta descrição panorâmica, sumariando, afinal, que concorriam neste período, pelo menos, dois processos de “fundação” de Macau: os esparsos esforços religiosos e morais dos primeiros poucos jesuítas em circulação pelo enclave contrastavam com essas “cinco ou seis mil almas” (quer dizer, simplesmente, ainda “mais gente”) reunindo aos “chinas naturais” esses “portugueses mercadores” de “diversas partes” e a “gente que consigo trazem”: mulheres, filhos, criados e, certamente, muitos escravos e escravas. É quase impossível acreditar que estas famílias alargadas em construção, congregando muitos escravos e escravas, fundamentais tanto para a sua reprodução como para a produção de serviços domésticos, aceitassem facilmente a expulsão das suas cativas. Apesar de quase marginais e reprováveis, estes pequenos pedaços de vestígios femininos que se entrelinharam nas cartas e informações destes primeiros jesuítas são suficientes para esclarecer que o processo complexo de formação de uma sociedade em Macau mobilizou também uma população feminina importante: escravas, mulheres “íntimas no amor” ou muitas órfãs também se convocaram para construir as formas de vida em comum, de associação social e mesmo de divisão de funções ou discriminação de situações sociais sem as quais nenhuma sociedade subsiste.

A partir da consolidação da presença portuguesa em Macau, a cidade passou naturalmente a instalar-se nessas várias obras, casando informação político-militar e cuidadas plantas e desenhos ao gosto do príncipe, sumariando as suas “orientais” cidades e fortalezas. Assim, uma das mais antigas informações políticas oficiais sobre Macau para uso do novo monarca português, Filipe II, encontra-se nesse cuidado *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitánias, e mais Cargos que nelas há e da importância deles*.¹¹ O capítulo décimo quinto desta obra importante intitula-se “da ilha e cidade de Machao”, apresentando esta descrição sumária da cidade e da sua população:

“No melhor porto que ela tem, se foi fazendo uma povoação grande de portugueses que, depois de cansados dos trabalhos e serviço da guerra, se passaram a ela de vivenda com suas mulheres e família por causa da muita riqueza e abundância de todas as cousas que há nesta região da China: e foi em breve tempo crescendo esta povoação, de maneira que tem hoje passante de

dois mil vizinhos, havendo menos de vinte anos que se começou a povoar dos portugueses por dantes não contentem os chins na terra, nem a outros estrangeiros alguns, e irá sempre pelo decurso do tempo aumentando-se cada vez mais por ser a ilha uma escala geral de todas as mercadorias que da Índia vão para a China e Japão, e outras partes daquele Oriente e delas vem para a Índia.”¹²

Apesar da sucinta referência às “mulheres e família” desses portugueses “cansados dos trabalhos e serviços da guerra”, este trabalho oficial para o poderoso Filipe II tem, pelo menos, a vantagem de matizar os números da população fixada em Macau, agora avaliada redondamente em “passante de dois mil vizinhos”. Este tipo de livros para uso do príncipe gerou, como se sabe, uma larga prole e atingiu formas de aparato importantes. Uma das obras referenciais do “género” aparece organizada em manuscrito, por volta de 1635, pela autorizada redacção do cronista António Bocarro. Realizado em Goa, este trabalho conservou-se como um *Livro das Plantas de todas as Fortalezas e Povoações do Estado da Índia Oriental*. A partir desta matriz, as descrições textuais acompanhadas por belíssimos desenhos iluminados das fortalezas portuguesas dos enclaves asiáticos chegariam também à obra de Pedro Barreto de Resende, concluindo por volta de 1646 um *Livro do Estado da Índia*. Apesar das complicadas transferências de textos e desenhos entre este tipo de obras, as descrições textuais de Bocarro mostram-se tão importantes como seguidas. Entre elas, destaca-se a pormenorizada informação de Macau, oferecendo nova representação da sua população:

“Os casados que tem esta cidade são oitocentos e cinquenta portugueses e seus filhos que são muito mais bem dispostos e robustos que nenhum que haja no Oriente, os quais todos tem uns por outros seis escravos de armas de que os mais e melhores são caffres e outras nações com que se considera que, assim, tem balões que eles remam e pequenos em que vão recrear-se por aquelas ilhas seus amos poderão também ter manchuas maiores que lhes servirão para muitos cousas de sua conservação e serviço de Sua Magestade. Além deste número de casados portugueses tem mais esta cidade outros tantos

HISTORIOGRAFIA

casados entre naturais da terra, chinas cristãos que se chamam jurubaças de que são os mais, e outras nações todos cristãos. [...] Tem além disto esta cidade muitos marinheiros, pilotos e mestres portugueses, os mais deles casados no reino, outros solteiros que andam nas viagens de Japão, Manila, Solor, Macassar, Cochinchina, destes mais de cento e cinquenta, e alguns são de grossos cabedais de mais de cinquenta mil xerafins que por nenhum modo querem passar a Goa por não lançarem mão deles ou as justiças por algum crime, ou os Vice-Reis para serviço de Sua Magestade, e assim também muitos mercadores solteiros muito ricos em que militam as mesmas razões.”¹³

É preciso entrar mais decididamente no século xvii macaense para se começar a encontrar uma cronística memorial secular que, muitas vezes de

António Fialho de Faria, *Relação da viagem que por ordem de Sua Magestade fez António Fialho Ferreira deste Reino à cidade de Macau na China...* (Lisboa, 1643).

**RELAC,AM
DA VIAGEM, QUE
POR ORDEM DE S.Mg^{dc}. FEZ
Antonio Fialho Ferreira, deste
Reyno à Cidade de Macao
na China:**

**EM FELICISSIMA ACCLAMAC, AM DE S. M.
El Rey n^{ro} S^{no} Senhor Dom IOA^o IV. que Deos
guarde, na mesma Cidade, & partes do Sul.**

SENHOR.



A Ilha de Santa Elena esteve esta a Vossa Magestade, & fico nella a ventura de chegar primeiro, que eu, leuada em algũa embarcação de Portuguezes que por aqui passar, que como vou em hua nau Olandeza poderá acontecer, que, tarde mais pello rodeo de Olânda, & pello que pode succeder tunc por acertado dar conta a V. Mag. do q obrei na missão per a que fui destinado à nãis, em q^{ta} a terra aonde V. Mag. tem vassallos, que por ser tão alôguada (em respeito della Corte) se reputa pera outro mundo, & al-fim, que posso dizer que venho de outro mundo.

Vossa Mag. me enviou o anno de 1641 às partes do O-

A nã-

produção local, se vai significativamente formando em torno de dois acontecimentos fundamentais para a sorte da presença portuguesa: o ataque holandês ao enclave, em 1622, e a recepção da Revolução da Restauração que, em 1640, terminou com os oitenta anos de monarquia dual filipina que haviam entregado o reino de Portugal à liderança de monarcas espanhóis. O ataque holandês à cidade de Macau, em 1622, concluiu-se por uma muito celebrada vitória da população local, em dia de S. João Baptista, pese embora as relações e notícias redigidas no calor do evento dispersarem desigualmente por capitães, jesuítas e mesmo escravos africanos as responsabilidades maiores pelo triunfo. Desafortunadamente, estes textos não adiantam informações populacionais, conquanto em todos eles se mostre significativo o alheamento da população maioritária chinesa destes dramáticos acontecimentos.¹⁴ Entre 1643 e 1644, vários textos impressos e manuscritos davam conta desse outro desafio político gerado pela Revolução da Restauração, procurando celebrar a aclamação de D. João IV em Macau. A *Relação* “macaense” de António Fialho de Faria pode ser alargada com as informações da *Relação* de Manuel Jacome de Mesquita acerca do sucesso da Restauração em todos os enclaves portugueses do “Estado da Índia”, a completar ainda com o relato mais geral oferecido pelos *Sucessos Militares* de João Salgado Araújo.¹⁵ Novamente, exceptuando esparsas referências à muita escassa população portuguesa de origem europeia, estes textos não ajudam sequer a qualificar as principais estruturas demográficas do enclave.

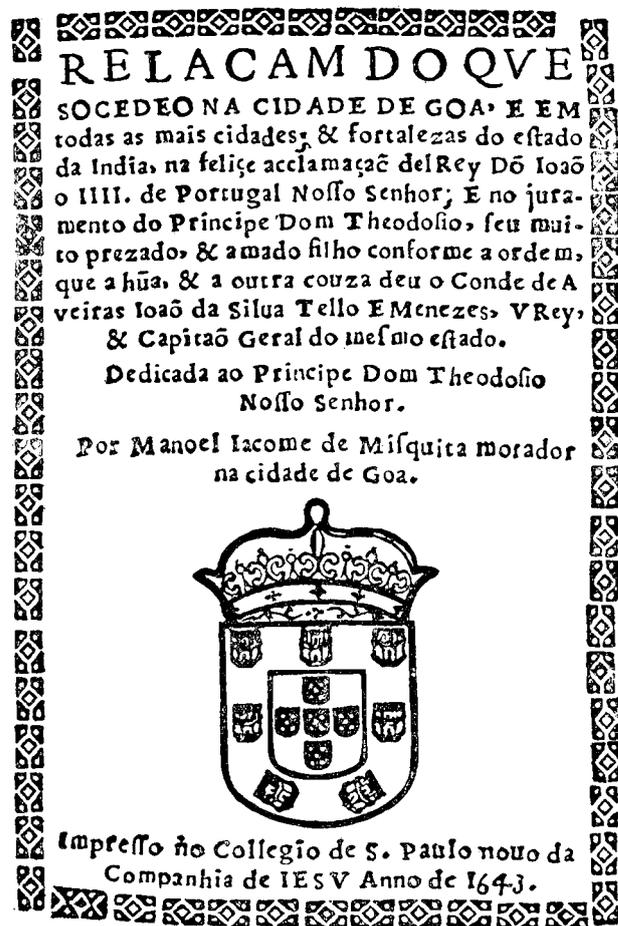
Mais interessantes se apresentam para a história da população seiscentista de Macau algumas notícias escritas por visitantes estrangeiros. Em 1637, quando o enclave macaense começa paulatinamente a receber sucessivos viajantes e, depois, agentes de companhias comerciais europeias, o aventureiro inglês Peter Mundy fixou-se na cidade durante alguns meses e anotou nas suas *Viagens*¹⁶ alguns apontamentos dispersos sobre a sua maioritária população feminina. Recebido com sentida hospitalidade em casa do poderoso capitão e comerciante António de Oliveira Aranha, na altura um dos quatro veradores do influente Senado, Mundy destacou o ambiente hospitaleiro deste tipo de unidades domésticas dos grandes mercadores ligados a essa “época dourada” de Macau construída com os lucros generosos dos tratos da prata do Japão:

“A casa do dito Senhor António com mobília, divertimento, etc. era semelhante à outra, diferindo apenas no facto de que eramos servidos por criadas, mulheres chinesas da sua própria casa, compradas por ele como acontecia em quase todas as casas. Disseram-me que nesta cidade só havia uma mulher nascida em Portugal. As esposas eram chinesas ou de raça mestiça casadas com portugueses.”¹⁷

Julga-se importante sublinhar a generalização: o que “acontecia em quase todas as casas” (entenda-se, neste tipo de casas da grande burguesia comercial e política cristã de Macau, a “classe” adequada para impressionar estes raros visitantes europeus) era o predomínio de unidades domésticas alargadas, reunindo ampla criadagem e escravatura chinesa feminina, de onde tinham saído até as esposas destes mercadores/senadores. A partir deste conhecimento de causa, Peter Mundy procura também desvendar o sistema de resgates escravistas que permitia recrutar na China estes muitos serviçais masculinos e e ainda mais femininos que foi identificando nestas prósperas casas:

“Os chineses pobres vendem os seus filhos para pagar as suas dívidas ou para se manterem (isto é de algum modo aqui tolerado), mas com a condição de os alugarem ou contratarem como criados por trinta, quarenta ou cinquenta anos, dando-lhes depois a liberdade. Alguns vendem-nos sem quaisquer condições, levando-os durante a noite embrulhados num saco secretamente e separando-se deles por dois ou quatro reais de oitavo cada um.”¹⁸

Esta ampla compra de crianças chinesas, sobretudo do sexo feminino, concorria mesmo para estruturar o sistema e cultura domésticos da burguesia comercial instalada em Macau. Um ano depois da estada de Peter Mundy, reconhece-se em 1638 uma outra relação de viagem a Macau feita pelo italiano Marco D’Avalo, personagem obscura mas com interesses nos tratos comerciais do enclave. Na sua descrição fundamentalmente económica da cidade, seguindo esse seco e pragmático estilo próprio da tradição dos *ricordi* dos mercadores italianos, os seus apontamentos do mundo populacional local limitam-se somente a reconhecer utilitariamente que “Os portugueses casaram com mulheres chinesas e desta forma [Macau] tornou-se povoada”.¹⁹ O outro texto seiscentista de um viajante europeu que interessa ao



Manuel Jacome de Mesquita, *Relação do que sucedeu na cidade de Goa e em todas as mais cidades e fortalezas do estado da Índia na feliz aclamação del Rei D. João o IV.* (Goa, 1643).

estudo da história demográfica macaense aparece já no ocaso do século xvii quando, ao passar em Macau a caminho de Pequim, o engenheiro francês François Forget reconhecia nas suas memórias de viagem esta contradição: a cidade definhava decadente, não se contavam mais do que quatrocentos “portugueses”, mas conseguia ainda assim suportar “sete ou oito mil mulheres”.²⁰ Provavelmente, mais do que decadência, a cidade assistia a uma demorada transformação económica e social, concentrando progressivamente os capitais e investimentos comerciais numa restrita elite cada vez mais localizada que, dominando a “cidade cristã”, as suas instituições e relações sociais, não deixava de repartir as esmolas estritamente suficientes também para manter esses milhares de mulheres pobres. Muitas asseguravam os mais variados serviços domésticos, poucas conseguiam por vezes chegar a um bem sucedido

HISTORIOGRAFIA

casamento com um desses poderosos mercadores que se queriam portugueses.

Se seguirmos com as imposições da cronologia a difusão dos primeiros ensaios históricos dedicados inteiramente ao passado de Macau, descobre-se esse primeiro título da autoria de José de Aquino Guimarães e Freitas, nascido em Minas Gerais e activo coronel de artilharia no enclave macaense, conseguindo imprimir em prelos universitários de Coimbra, em 1828, uma original *Memória sobre Macao*.²¹ Neste texto curioso, estreitamente vinculado aos sectores conservadores de Macau liderados pelo muito famoso ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silveira (1776-1824), existe alguma preocupação de investigação da população do território. Assim, num primeiro apartado, a “população cristã” de Macau é avaliada em Abril de 1822 com a seguinte dispersão paroquial: na freguesia da Sé apontam-se 289 homens maiores de 14 anos, 251 menores, 1342 mulheres e 248 escravos; reunia a freguesia de S. Lourenço 258 homens maiores de 14 anos, 170 menores, mais 1058 mulheres e 236 escravos; na pequena freguesia de Sto. António arrolavam-se somente 59 homens maiores, 52 menores, 301 mulheres e 53 escravos.²² Quanto à população chinesa, afastada da categorização anterior de “cristã”, a memória apenas acredita ser já “muito superior às 8000 pessoas” estimadas no começo do século xix, crescendo devido ao “subsequente desenvolvimento do comércio” somado à “indiscreta tolerância que lhes permite a criação de novas casas e arruamentos”. Apesar de avaliarem por diferença a população escrava e muito deficientemente a população chinesa, estes dados têm algum interesse sugerindo um tecto populacional de 12 000/15 000 habitantes adequado à história demográfica do território e aos sempre procurados equilíbrios entre recursos e consumo social. Na avaliação da “população cristã” das três freguesias arroladas, conquanto não seja feita a distinção por sexos dos “escravos”, é evidente a larga predominância feminina: 2701 mulheres contra 606 homens maiores de 14 anos e 473 “menores” que, parecendo corresponder a uma divisão na população masculina, somam um total de 1079 habitantes, assim distribuindo 2,5 mulheres por cada homem, o que se afigura congruente com o que se conhece da evolução sócio-demográfica histórica do enclave.

Este balanço demográfico mantém-se nessa obra referencial que vários manuais e bibliografias ainda insistem, para infelicidade do nosso José de Aquino

Guimarães e Freitas, em considerar o primeiro ensaio de história de Macau: o livro do sueco Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China*,²³ originalmente estampado em inglês, em 1836, para depois se fixar com este título em demorada tradução promovida pelo periódico *Echo Macaense*, entre 1 de Agosto de 1893 e 13 de Dezembro de 1896, oferecendo aos leitores apenas a primeira parte da obra relativa a Macau. No capítulo quarto deste primeiro andamento, dedicado à população, os habitantes classificados como “homens livres”, “escravos” e “de todas as nações, incluindo chineses convertidos” aparecem avaliados para 1821 em “não mais do que 4600”, com a seguinte dispersão: “súbditos naturais” acima dos 15 anos, 604; abaixo dos 15 anos, 473; escravos, 537 e mulheres, 2693.²⁴ Uma relação muito próxima da oferecida pela *Memória sobre Macao*, mantendo quase rigorosamente em 2,5 a relação a favor da população maioritária feminina. A seguir, o nosso autor adianta as estimativas para 1830, fixando este mesmo tipo de população num total de 4628 habitantes, a distribuir por 1202 “homens brancos”, 2149 “mulheres brancas”, 350 escravos, 779 escravas, mais 38 homens e 118 mulheres de “diferentes castas”.²⁵ Com esta avaliação, discriminando sexualmente a população escrava, arrolam-se 3046 mulheres contra 1590 homens, fazendo descer a relação para 1,9 a favor da população feminina, apesar do somatório destas parcelas não garantir a qualidade das competências aritméticas de Anders Ljungstedt. Quanto à população chinesa predominante em Macau, o autor sueco limita-se a sugerir um número que é uma qualidade em torno de 30 000 habitantes, pelo menos, como enfatiza, “seis vezes mais do que os vassallos de Portugal”.²⁶ O trabalho do curioso sueco tem, pelo menos, a vantagem de confirmar a definitiva alteração do sistema demográfico tradicional, dissolvendo-se também em função dessa continuada emigração de mão-de-obra chinesa.

Mesmo este tipo de apreciações gerais deixou de ser conveniente quando, na segunda metade do século xix, se vai instalando uma sorte de perspectiva tão eurocêntrica como “lusitana” de organizar selectivamente a história de Macau com alguma projecção educativa e popular. Aparecem neste período os primeiros demorados trabalhos fixando “imparcialmente” uma cronologia do passado do enclave seguindo os dias, meses e anos de um longo calendário arrastando-se entre começos do século xvi e as datas celebrando esse

“golpe de estado” soberanista do governador Ferreira do Amaral, culminando no seu assassinato, em Agosto de 1849. Inaugura com sucesso esta tendência o muito frequentado trabalho que A. Marques Pereira divulgou em 1868 como *Ephemerides Commemorativas da História de Macau e das Relações da China com os Povos Cristãos*.²⁷ O programa desta – chamemos-lhe com esforço e generosidade – historiografia cronológica encontra-se completamente formada nesta obra: fixação de uma cronologia de eventos políticos, destaque para uma cronologia “portuguesa” do enclave, atenção quanto baste apenas às formas mais evidentes de controlo imperial chinês sobre a “cidade cristã”, notando-se uma completa ausência de processos sociais e, por isso, de qualquer investigação da história demográfica de Macau.

A selectiva cronologia de Marques Pereira passaria incólume para o livro de J. Gabriel B. Fernandes *Apontamentos para a História de Macau*,²⁸ influenciando também os três títulos que, mais qualificados, Bento da França dedicou ao passado macaense. Este antigo secretário do governo de Timor e de Macau, tenente de cavalaria e ajudante-de-campo do infante D. Augusto, começaria por editar em 1888 uns novos *Subsídios para a História de Macau*,²⁹ ainda organizados cronologicamente, acompanhados dois anos mais tarde por uma obra de divulgação intitulada simplesmente *Macau*,³⁰ preparando o seu estudo mais importante e citado *Macau e os seus Habitantes. Relações com Timor*, texto impresso já em 1897.³¹ Esta obra interessante voltava, porém, a negligenciar completamente qualquer esforço sério de investigação da história social do enclave e quando encontra a população maioritária chinesa é para copiar quase integral e literalmente o curioso trabalho que, em 1867, Manuel de Castro Sampaio intitulou *Os Chins de Macau*.³² Partindo da situação social do seu próprio tempo, Sampaio apresenta acertadamente uma cidade dominada pela circulação cultural e laboral chinesa, destacando a



女蕃圖

activa presença comercial dos bazares e um agitado proletariado chinês que, industrial e mesmo agrícola, habitando nas “cinco povoações rurais” do enclave, era absolutamente fundamental na reprodução das estruturas económicas que asseguravam a sobrevivência da cidade.³³ Em seguida, o nosso autor procura estabelecer algumas tendências demográficas, sugerindo uma população chinesa para o século xvii, na altura do ataque holandês ao enclave, em 1622, à volta de 7000 habitantes, chegando nos princípios de Oitocentos a 8000 e crescendo em 1826 para 18 000. Depois, segundo apuramento do Leal Senado, a população chinesa desenvolve-se para cerca de 20 000 em 1837, atingindo em meados do século “algumas dezenas de mil”.³⁴ Apesar de não apurar dados quantitativos acerca da população chinesa feminina, a obra esclarece correctamente que o seu sistema familiar não se baseava, como muitas vezes se sugeria, na poligamia, “vivendo só com uma mulher casada, as outras são concubinas”.³⁵

Em contraste com este estudo de Sampaio que leu e copiou, a falta de investigação original sobre as estruturas demográficas e sociais de Macau afigura-se, pelo menos, estranha nas três obras de Bento da França já que todas decidiram divulgar com indisfarçado espanto o primeiro grande censo que se considerava “científico” da população do território, realizado no final de 1878 e divulgado oficialmente dois anos depois, apresentando uma sociedade completamente dominada por uma cada vez mais crescente população chinesa: os “portugueses” são quantificados em 4431, os “estrangeiros” em 78 e os chineses em 55 450, incluindo 8935 “habitantes marítimos”.³⁶

Esta sorte de choque gerado pelo rigor dos dados transportado por uma nova cultura censitária abrigou-se imediatamente a outros estudos e ensaios que, nos começos do século xx, tentaram mesmo reconstruir cronologicamente a história populacional do território. Assim ocorre no estudo pormenorizado de J. Dyer Ball divulgado em 1905



男蕃圖

HISTORIOGRAFIA

com o belíssimo título *Macao: The Holy City: The Gem of the Orient Earth*.³⁷ A partir das suas estadas em Macau, Cantão e Hong Kong, o autor adianta esta cronologia demográfica que, entre hiatos muitos, apenas pormenoriza quantitativamente a história demográfica do século XIX macaense: em 1583, a cidade reuniria “900 portugueses e centenas de crianças chinesas”; no final do século XVII, a população chegava a 19 500 habitantes de predomínio chinês; em 1821, a concentração populacional tinha caído para este tão precioso intervalo de 4557–4600, seguindo os números mal somados por Ljungstedt; em 1830, continuava a apresentar apenas 4628 habitantes, números novamente repescados no ensaio do autor sueco; em 1824, subia muito ligeiramente para 5093; em 1874, num total de 68 086 habitantes, os “portugueses” situavam-se em 4476 contra 63 532 chineses; por fim, em 1897, em 78 706 habitantes recenseados, os “portugueses” caíam para 3898 e os chineses elevavam-se a 74 627.³⁸

Este bem arrumado itinerário “historiográfico” da história da população de Macau haveria de ser perturbado pelo indispensável trabalho de interpretação que continua a ser o *Historic Macao* de Montalto de Jesus,³⁹ primeiramente publicado em 1902 e, depois, reeditado em 1926 em impressão proibida, apreendida e que haveria de provocar uma ampla proscricção do nosso autor dos meios sociais mais elevados da sociedade “oficial” de Macau. Se a primeira edição chegou mesmo a ser elogiada por rebater algumas das teses críticas adiantadas por Ljungstedt acerca da presença e soberania portuguesas no enclave, a segunda reimpressão tornou-se maldita não apenas pelo duro criticismo dirigido à administração colonial, mas sobretudo por esse fantástico projecto de entregar Macau à Sociedade das Nações.⁴⁰ Apesar de ser uma obra politicamente comprometida, o livro de Montalto de Jesus é inteligente, concretizando um esforço sincero e documentado para entender Macau enquanto espaço relacional cruzando – mas sem ter em conta as intermediações muitas – a China e Portugal, mobilizando sentido esforço de trabalho e interpretação de algumas fontes chinesas, apesar de quase sempre lidas em segunda mão através de traduções inglesas. O seu esforço gerou uma das formas historiográficas mais perenes de entender a história de Macau como um tema exclusivamente político vinculado ao que Montalto designava pelo “poder senatorial” que, a seu ver, tinha conseguido

fundar e defender a autonomia do enclave. Falta também à sua obra história social como se ignoraram as especificidades culturais do processo complexo de formação e desenvolvimento da cidade. Talvez, por isso, é quase inútil procurar encontrar nas suas bem escritas páginas referências significativas à história da população e da demografia de Macau com a excepção importante de uma explicação geral das origens sociais do enclave que, como entenderemos, continua a mobilizar ampla frequência e citação em ensaios que se querem de história e antropologia:

“Sendo a procriação de uma raça mista, mas legítima e cristã, um aspecto característico da colonização portuguesa iniciada por Albuquerque e alentada pelo influente clero, os primeiros colonos portugueses casaram com mulheres japonesas e de Malaca, mas sobretudo com estas. Embora as relações entre Macau e Malaca tenham cessado há séculos, vestígios destas avós dos macaenses podem ainda ser encontrados em certas características etnográficas que estão gradualmente desaparecendo sob as influências da evolução social. Além disso, o *patois* macaense atesta uma influência predominantemente malaquesa enquanto a influência japonesa poucos vestígios deixou.”⁴¹

Sempre cuidadoso e profissional na verificação das suas provas e interpretações, Montalto de Jesus somou em nota a um punhado de termos malaio presentes no *patois* de Macau⁴² – como estavam presentes em muitos outros dialectos “luso-asiáticos” de Tugu, nos arredores de Jakarta, a Bidao, nos arrabaldes de Díli, ou não fosse o malaio a grande língua de comércio da história moderna do Sudeste Asiático – uma ainda mais curiosa anotação, explicando que a preferência dos primeiros portugueses estabelecidos no enclave do rio da Pérola por mulheres malaia radicava num

“episódio romântico ocorrido após a chegada da primeira expedição portuguesa a Malaca, quando uma conspiração para massacrar num banquete os oficiais, e destruir a sua frota, foi frustrada por uma rapariga nativa, que, estando apaixonada por um marinheiro português, nadou até ao seu barco e revelou a traição planeada.”⁴³

Esta vetusta versão portuguesa de um “barco do amor” que, nos mares orientais, subjuguava completamente as mulheres locais aos encantos fatais dos portugueses não é apenas uma lenda ficcional.

HISTORIOGRAPHY

Alguns autores sérios, a seguir mais à frente, continuam no essencial a difundir que esta associação entre fogosos aventureiros portugueses e belíssimas jovens malaias constituiu a *fons vitae* de onde brotou a população de Macau.

Depois da polémica em torno da obra de Montalto de Jesus, a bonança regressou seguidamente às poucas histórias gerais de Macau que têm vindo a ser publicadas no último meio século. É o caso do trabalho novamente organizado cronologicamente que Artur Levy Gomes intitulou com alguma prudência *Esboço da História de Macau (1511-1849)*.⁴⁴ Passeia-se demorada e pesadamente ao longo de 408 páginas seguindo um selectivo calendário cronológico em que, entre heróis masculinos, luso-centrismo exacerbado e factos político-militares dominantes, se perdeu completamente o passado demográfico de Macau. A situação não melhora com o trabalho desse infatigável investigador e publicador de documentos da história macaense que foi Luís Gonzaga Gomes. Uma atenção predominante dirigida para a evolução política do enclave, claramente devedora das sugestões de Montalto de Jesus, não permite vislumbrar um único tema ainda que marginal ligado à história demográfica nas 552 longas *Páginas da História de Macau*.⁴⁵

Trinta redondos anos depois das muitas páginas de Luís Gonzaga Gomes, a partir de 1996, Gonçalo de Mesquitela começava a editar os seus hoje seis cuidadosos tomos de um pessoal projecto de redigir uma *História de Macau* que chegou a 1717.⁴⁶ A história social em todas as suas diferentes especializações é um parente mais do que menor nas cuidadas páginas desta volumosa história, pelo que o tema da demografia pré-industrial da cidade resolve-se voltando à engenhosa teoria de Montalto de Jesus. Explica, por isso, Gonçalo de Mesquitela que,

“Logo de início, as duas comunidades, a portuguesa e a chinesa, ficaram em presença, vizinhas de paredes meias, interdependentes em elevado grau e beneficiando-se mutuamente. Facilitava isto o facto de, na comunidade portuguesa, já existir uma adaptação de várias raças entre si. As famílias dos portugueses eram constituídas com mulheres asiáticas, principalmente de Malaca e do Japão. [...] Isto permitia traços de união com elementos orientais, evitando o choque directo de europeus e chineses e avivando todas as condições de uma rápida absorção da cultura local pelos

novos habitantes. Não há registo do número de portugueses neste período da fundação, no lato sentido de alguns reinóis, suas mulheres asiáticas, filhos multirraciais, escravos e servos africanos e asiáticos. Montalto de Jesus refere 500, sem incluir neste número qualquer chinês. Seis anos depois, em 1563, quando finalmente todos os portugueses das ‘ilhas de Fora’ especialmente de Lampacau, vêm fixar-se na povoação, o número indicado é de 900, exceptuando-se as crianças. Nestes números não entram quaisquer chineses, pois as fontes chinesas indicam que, para cá das Portas do cerco, não havia súbditos do Celeste Império, em toda a península.”⁴⁷

Volta-se, assim, nesta sorte de jogo do “ovo e da galinha” novamente a essa formação de “famílias portuguesas” graças a mulheres “principalmente de Malaca e do Japão”. Documentação capaz de comprovar esta “teoria” não existe. Os textos que se foram acumulando, testemunhando uma demorada frequência de raptos e compras de crianças e jovens chinesas num processo ainda anterior ao estabelecimento de Macau foram esquecidos. Mas é preciso habituarmo-nos a que nos estranhos corredores da historiografia de Macau as conclusões “essenciais” chegaram muito antes da investigação. Uma vez impostas, resta o trabalho de fazer a sua antologia, mesmo que sobre em “impressões” o que falta em documentação. Uma dialéctica peculiar que se encontra com excessiva frequência em trabalhos e ensaios que pretendem desvendar os segredos da (de uma certa sorte de) antropologia de Macau.

As explicações das origens sociais de Macau propostas por Montalto de Jesus nas duas edições do seu *Historic Macao* não se instalaram tranquilamente apenas em livros e ensaios de história, mas foram geralmente acolhidas também com hospitalidade em muitos estudos de antropologia. Apesar de não existir qualquer história da etnografia e antropologia de Macau, rapidamente se percebe que são sobretudo esses vários estudos entre etnografia, antropologia física, social e cultural que procuram estudar os “macaenses” a sentirem-se obrigados a perseguir fundamentações históricas. Seriadamente, com a devida consagração académica em sede de tese de doutoramento defendida na Universidade de Toulouse, se devem procurar recensar os argumentos sobre a formação social de Macau que Almerindo Lessa publicou, em 1974, em

HISTORIOGRAFIA

livro com este fantástico título: *A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente. Biologia e Sociologia de uma Ilha Cívica*.⁴⁸ Ainda na introdução da sua obra, este médico e biólogo colocado talvez no lugar terminal da evolução da antropobiologia colonial portuguesa, marcada pelos nomes e obras centrais de Mendes Corrêa e António de Almeida, salientava o seu extenso trabalho de arquivo, o seu estudo apurado de documentos e os vários inquéritos de campo realizados para esta sua tese doutoral, permitindo uma acumulação de pesquisas que, em matéria de esclarecimento das origens de Macau,

“permitiram-me adquirir um certo entendimento das raízes biológicas e políticas do fenómeno macaense e sobretudo do seu modo de povoamento. Ora, em Macau, esse estilo foi marcado pelo volume das mulheres malaquistas, a frustração do que poderíamos chamar o ‘complexo de Paraguaçu’, e a barreguia com chinas de baixa condição social. As primeiras, que nos ficavam no caminho, eram já um hábito nosso; a dificuldade de realizar uniões chinesas de boa linhagem (repetindo no Extremo Oriente os casamentos das Américas) empurrou-nos a seu turno para a mancebia com chinesas de condição humilde que, segundo as próprias tradições androcéntricas do Império, podiam ser vendidas para esse fim.”⁴⁹

Estas conclusões, adiantadas imediatamente na apresentação da obra, desenvolviam-se no corpo do estudo graças à mobilização de muitos textos e documentos históricos quincentistas e seiscentistas, sobretudo de produção cronística oficial e religiosa, voltando Almerindo Lessa a confirmar a tese anteriormente fixada pelo *Historic Macao* de Montalto de Jesus, incluindo esse romântico argumento do peregrino lusitano “barco do amor” atraindo apaixonadas mulheres malaias:

“a maior parte das mulheres que os portugueses tiveram inicialmente em Macau foram levadas por eles próprios da área malaia, de toda a Insulíndia, até de Ceilão (a Traporbana de João de Barros e de Luís de Camões), e cuja popularidade datava do romântico episódio da nossa primeira expedição, salva da chacina pela denúncia de uma delas e a colaboração de não sei quantas mais que ‘... se ocupavam de perguntar e saber por os homens da guerra e dos naturais; do que tudo

faziam aviso aos nossos, que tudo sabiam quanto se ordenava; porque estas mulheres de Malaca são muito entregues ao bem querer tanto que tomam vontade com um homem, que não estimam perder por ele a vida’. Já constituíam, pois, uma paixão nossa. Fernão Lopes dizia serem pela maior parte formosas; ‘... são baças, andam vestidas de mui bons panos de seda, derredor de si umas camisas curtas, e são pela maior parte formosas’, escreveria também Duarte Barbosa.”⁵⁰

Seguindo de perto as outras provas adiantadas por Montalto de Jesus – autor estranhamente ausente tanto do texto como das abundantes notas do livro –, Almerindo Lessa destaca igualmente a influência do malaio no *patuá* macaense, sublinhando que, “quando os portugueses se instalaram em Macau, o *papiá* (falar cristão de Malaca) que já era uma espécie de língua franca do Oriente, veio permitir que aí continuassem a entender-se euro-portugueses, chineses, malaios, africanos, mouros e hindus”. Segundo o nosso autor, esta pista malaia estendia-se ainda às apertações da “comida, vestuário e certos hábitos”. Assim acontecia em “doces característicos da cidade” como o *aluar*, o *dodol* ou o *ladu*; o mesmo se testemunhava na utilização de utensílios de cozinha como o *parão*, o *buião* ou o *daiong*; influências presentes também na utilização pelas mulheres macaenses de uma saia tipo *sarong*, da *baiana* – “percursora dos actuais pijamas” –, do *culão* e do *tudum*. Apesar da sua larga difusão por todo o mundo tradicional do sudeste asiático, Lessa considerava ainda prova importante da influência de mulheres malaias na formação da sociedade “original” de Macau “o hábito, que existia entre as velinhas, de mascarem a areca envolvida com folhas de betle”.⁵¹

A obra esclarece quase acertadamente, em seguida, um acesso limitado dos primeiros “povoadores” portugueses de Macau às mulheres chinesas de mais elevada condição, o que permitia somente integrar pela compra e pelo rapto mulheres chinesas pobres nas muito disseminadas práticas de concubinato destes aventureiros e comerciantes lusos:

“Já o nosso cruzamento com chinesas foi difícil e praticamente só com mulheres humildes, pois as das classes superiores, mal se nos adaptariam, fora dos capitães ou dos grandes mercadores. [...] O que explica porque é que nos primeiros séculos só pudemos conviver com mulheres raptadas ou compradas. [...] Assim, com mulheres obtidas

HISTORIOGRAPHY

por escravidão ou rapto, e depois batizadas, se fizeram as barreganias macaenses”.⁵²

Não interessa avaliar demoradamente a qualificação destes argumentos embaraçados com esses problemas das origens, estudando a formação social de Macau excessivamente a partir dos “portugueses” e não identificando qualquer processo histórico durável responsável pela reprodução das estruturas sociais de Macau. Em rigor, as muitas disciplinas que se cruzam neste estudo, da história à genética, tinham uma lição previamente definida “dominada pela história da mestiçagem portuguesa nos trópicos” em que essa “capacidade extra-europeia do povo [português] se revela pela sua integração nos novos espaços, considerados não apenas como áreas económicas de caça, mas como territórios acolhedores e até por vezes ideais para o exotismo erótico”. O luso-tropical “barco do amor” que, com o seu “exotismo erótico”, transportou também esta especial expansão portuguesa até Macau haveria mesmo de fundar uma cidade de

“Humanidade heterogénea vivendo no espaço e no tempo tropicais em mútua e voluntária tolerância, a sua existência demonstra que as variabilidades étnicas e os acidentes de cor não implicam necessariamente a existência de grupos de pressão e como nesta região foi quase sempre possível desmobilizar da vida activa os conflitos ideológicos, quer de natureza social, quer de natureza cultural, [que] para algumas circunstâncias a fossem empurrando.”⁵³

Esta generosa ideia de uma estável e pacífica história social macaense, destacando uma heterogeneidade erguida sob a convivência “étnica e racial”, assentava, de acordo com o esforço de Almerindo Lessa, na protecção continuada da mestiçagem luso-tropical que concretizaria o “tipo” macaense. Estudando este “grupo” construtor de uma cidade especial com todo o arsenal antropobiológico das suas competências, o nosso autor esclarecia que

“Os Macaenses apresentam uma posição de mistura racial, intermediária entre a dos Chineses e a dos Portugueses embora mais próxima dos primeiros. Se o estudo hemotipológico demonstrou a presença de raízes mediterrânicas e insulíndicas, que a própria comunidade já tinha esquecido, a presença de certos antigénios arcaicos aproxima, por seu turno, os patrimónios biológicos dos macaenses dos leucodermos da

Europa e dos melanodermos da África. Que tanto os chineses como os macaenses são povos malanodérmicos ainda o provaram os estudos feitos sobre as variações percentuais de cobre no soro sanguíneo. Também a capacidade de visão das cores mantém os mestiços portugueses do Rio das Pérolas no plano das situações biológicas normais e próprias dos mongolóides, portanto sem aquela correcção que eu encontrei nos mestiços euro-africanos de Cabo-Verde; e o mesmo direi dos estudos sobre a aguesia aos sais de ureia (“cegueira gustativa”) e sobre a capacidade de excreção urinária da betamina. O que permite desde já afirmar que o mestiço luso-tropical de Macau é um ser biologicamente equilibrado e resultante na sua adaptação ...”⁵⁴

Conclusão certamente sossegadora para os macaenses. Sejam eles quem forem. Para estas teorias, os macaenses não são “simplesmente” os habitantes de Macau, mas apenas um grupo “especial” de habitantes “mestiços” que, conquanto mudando ao longo de um complexo processo histórico, foi procurando representar o seu grupo como o dos “verdadeiros” habitantes de Macau. Estratégias que sempre envolveram narrativas, “histórias” e até mesmo “etnografias” do seu grupo em competição com os outros grupos de “macaenses” não autorizados a reivindicar essa identidade.⁵⁵ Cruzando “rigores” biológicos, antropologia “tropical” e lições de história (“preceder a exposição dos dados biofísicos e bio-sociais colhidos no local, com algumas lições de geografia e história”), os macaenses eram para Almerindo Lessa não apenas os mestiços luso-tropicais de Macau, mas o elemento dinâmico formativo de uma cidade

“Onde embora o número de euro-lusitanos seja baixo e nunca neste século tenha alcançado, sequer, cinco por cento, a força da convivência multirracial ficou notória e a nossa presença cultural, sobretudo a do passado, bastante forte. Lembra uma cidade do recôncavo baiano, salgada de homens amarelos e ruas exóticas, à mistura com canteiros minhotos, telhados algarvios e recantos de âlfama.”⁵⁶

Sempre que se procura neste livro interessante qualquer explicação próxima dessa noção fundamental para a história profissional de “processo”, seja para se perceber as origens sociais de Macau ou a morfologia dos seus grupos populacionais, somos sempre remetidos

HISTORIOGRAPHY

para as estafadas teorias gerais do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre pregando essa famosa “mestiçagem” que, baseada na “democracia das raças”, os portugueses espalharam por todos os trópicos até edificarem sociedades “luso-tropicais”. Almerindo Lessa confessa, aliás, esta dívida também intelectual,⁵⁷ mas quase valeria a pena perguntar ingenuamente porque é que, em 1953, essa famosa viagem de Gilberto Freyre à descoberta do “ultramar” português ao serviço da ditadura salazarista se “esqueceu” de visitar Macau (e também Timor Leste). Encontraria verdadeiramente esse príncipe da sociologia brasileira que era Freyre, na década de 1950, provas evidentes em Macau da universalidade da sua bela teoria do luso-tropicalismo? Em rigor, mais não “descobriria” do que uma cidade esmagadoramente dominada por uma população chinesa, dominando também a maior parte das estruturas do trabalho, largamente alheia às subtilezas da antropologia dos “macaenses” e, muito menos, incapaz de corroborar qualquer luzida teoria de um luso-tropicalismo envolvendo em harmonia “multi-racial” o devir social da cidade.

Contribuição importante para os debates sobre as origens sociais de Macau, ultrapassando estas perspectivas enformadas por um luso-tropicalismo tão geral que aparece como condição “essencial” da circulação portuguesa também na Ásia, encontra-se no bem conseguido livro que Ana Maria Amaro intitulou *Filhos da Terra*.⁵⁸ Por isso, a abrir o seu estudo, a investigadora esclarece que “procurar um modelo no fenómeno brasileiro para explicar a formação da sociedade luso-tropical macaense não é possível, embora a forma de penetração pacífica, apoiada no trabalho dos escravos, pudesse, de certa forma, permitir termos de comparação”.⁵⁹ Limitando a sociedade actual de Macau a três grupos “distintos” – portugueses europeus, macaenses ou portugueses de Macau e chineses –, Ana Maria Amaro sublinha que “o grupo mais interessante é o dos macaenses”, sumariando seguidamente as principais teses sobre a sua formação histórica, desde o trabalho, em 1897, de Bento da França ao estudo de Manuel Teixeira, em 1965, passando pelas obras de Álvaro Machado, Francisco de Carvalho e Rego e Eduardo Brazão.⁶⁰ Contrariando as teses deste conjunto de obras, a nossa autora esclarece que “os portugueses que demandaram Macau encontraram companheiras

e lograram criar um tipo novo de euro-asiático, diferente do mestiço luso-chinês que, alguns autores têm, indistinta e erradamente, visto, ao longo dos séculos, no macaense ou *filho da terra*”.⁶¹ Mobilizando o seu convívio de quinze anos com macaenses, o estudo de fontes históricas e relatos de viajantes, a reflexão sobre “os raros e pouco concludentes” estudos antropológicos, a consulta de arquivos paroquiais e a reconstrução das “árvores genealógicas de vinte famílias antigas de Macau”, Ana Maria Amaro consegue sugerir que

“As fontes históricas apontam-nos para as mulheres malaias e indianas como as primeiras companheiras dos portugueses fundadores de Macau; porém na condição de escravas. É claro que as mulheres chinesas, principalmente aquelas que os pais vendiam ou que acompanhavam os piratas chineses com os quais muitos portugueses andavam misturados, teriam sido suas mancebas ou, mesmo, esporadicamente, mulheres legais. O mesmo se pode dizer em relação às mulheres japonesas. Porém, nenhum autor, até hoje, reparou no anonimato em que ficaram as filhas destas ligações.”⁶²

Uma pergunta tão inteligente quanto pertinente, absolutamente decisiva para se poder esclarecer historicamente a formação social dos sistemas de parentesco de Macau. Uma investigação que, porém, não é ainda realizada neste estudo que, centrado nesses especiais “filhos da terra” identificados como “macaenses”, prefere defender “a hipótese de que foram as mulheres euro-asiáticas, e não as chinesas, as remotas avós dos macaenses, tal como ainda há muito pouco tempo continuavam a ser, pelo menos entre as classes mais favorecidas”.⁶³ Para fundamentar esta interpretação, a autora recorda, por exclusão, a impossibilidade de acesso dos primeiros portugueses instalados em Macau a mulheres europeias, à importação de órfãs, movimento praticamente limitado a Goa, e às mulheres chinesas de média e elevada condição social. Através da leitura de alguns testamentos setecentistas deixados à Santa Casa macaense e das lições de algumas “árvores genealógicas” de famílias antigas de Macau, a formação de famílias “macaenses” tinha-se estabelecido através da demorada preferência dos escassos portugueses do enclave por mulheres luso-asiáticas, permitindo a conclusão de que seria

“absolutamente inconcebível, porém, em presença do que, atrás, ficou exposto, que as

⁵⁷“Escrava preta e escravo preto diabos dos países atlânticos”, no “Quadro dos tributários do imperador Qianlong” (2.ª metade do século XVIII).

HISTORIOGRAFIA

mulheres macaenses fossem todas, ou na sua maioria, chinesas ou luso-chinesas, porque nem no século XIX, de que há documentos indelévelmente, isso se verificava, numa altura em que as antigas barreiras sócio-culturais começaram a desmoronar-se.”⁶⁴

Seja como for, as muito escassas “provas históricas” agitadas pela autora não esclarecem os sistemas demográficos, parentais e familiares da sociedade macaense pré-industrial e, mais ainda, não comprovam qualquer continuidade social entre as “famílias” dos primeiros portugueses em movimentação pelo enclave e os grupos sociais actualmente identificados como “macaenses”. Pelo contrário, a documentação mobilizada mostra apenas uma continuidade tardia de famílias de representação portuguesa que, somente na segunda metade do século XVIII, conseguem reproduzir-se socialmente com um mínimo de estabilidade social. Em nenhum caso se documenta e prova qualquer continuidade entre essas famílias “originais” luso-asiáticas e as burguesias comerciais dominantes na vida económica, social e política de Macau nos séculos XVIII e XIX. Precisamente os grupos sociais que, pela resistência política e pelo favor económico, inventariam desde o debutar do século XIX essas identidades macaístas, primeiro, e macaenses, depois, a que se colaram esses portugueses barcos do amor “oriental” com as suas belíssimas mas arranjadas lendas luso-tropicais que haveriam de desaguar na “fundação” de Macau.

Independentemente da qualificação destas conclusões, não isentas desse “pecado” do anacronismo tão avisado por Lucien Febvre, parece importante destacar a importância do caminho de investigação proposto por Ana Maria Amaro, procurando somar às várias descrições dos textos cronísticos e religiosos documentação primária, incluindo nesta pesquisa as lições de três testamentos depositados na Santa Casa da Misericórdia de Macau em 1718, 1724 e 1725, para dotar o casamento de órfãs locais. Interessantes são também as perspectivas retiradas de várias “árvores genealógicas” publicadas



nestes estudo, denunciando casamentos com mulheres locais, presumivelmente luso-asiáticas, apesar deste tipo de reconstrução de famílias não identificar unidades domésticas, sistemas de parentesco e tipos de família, estruturando uma genealogia singular a partir das relações de uma família nuclear que estava muito longe de dominar os sistemas familiares do território até finais do século XIX.

Existe uma alternativa científica tanto como num cuidado caminho de investigação na obra referencial de Charles Boxer que, dedicando dezenas de títulos à história de Macau, nos aproxima com mais rigor dos processos sociais e demográficos que dominaram parte significativa da construção histórica da sociedade macaense. Assim, há quase quatro décadas, nessa obra magistral que continua a ser *Fidalgos in the Far East (1550-1770)*, Boxer oferece-nos um inovador capítulo sobre as “*Muitsai* em Macau”.⁶⁵ Utilizando esse termo alvo de muitas polémicas em Hong Kong e Macau ainda nas primeiras décadas do século XX para designar as jovens crianças e adolescentes femininas compradas em situação de profunda subalternidade e exploração sociais, o grande historiador britânico explicava que a prática de resgates escravistas destas mulheres chinesas poder-se-ia recensear precocemente, desde 1519, quando algumas destas meninas começaram a ser raptadas nos mares do Sul da China para serem vendidas como escravas nos enclaves lusos da Índia. Este infamante trato teria acompanhado a própria formação da sociedade macaense, conquanto esta

*“pernicious practice was source of much justified resentment in China, and the Cantonese authorities frequently took the Macaonese to task about it. Both they and modern Chinese writers conveniently overlooked the fact that its frequency was largely the fault of the corrupt and venal provincial administration. After the foundation of Macao, the Portuguese were in no position to obtain slaves or servants locally without the connivance of the district authorities, since they were strictly confined to the “water-lily” peninsula save for their supervised periodical visits to Canton. The blame should therefore be fairly apportioned to both parties, for if the Europeans supplied a ready market, the Chinese were not backward in finding many and willing crimps.”*⁶⁶

Pese embora as frequentes proibições régias e dos vice-reis instalados em Goa, apesar também

HISTORIOGRAPHY

da oposição das leis do Celeste Império, o nosso autor esclarece ao longo da história dos séculos xvi e xvii macaenses um amplo tráfico de *muitsai* alimentando tanto os mercados domésticos e sexuais de Macau como rendendo importantes lucros através das praças de Goa, Malaca e, mais tarde, de Manila e Batávia. As duras proibições destes tratos decretadas pelo vice-rei, logo em 1595, revelaram-se ineficazes, continuando a ser repetidas em 1613, 1619 e 1624, sinal de que o comércio escravista de *muitsai* continuava a crescer.⁶⁷ Ainda no século xviii, em 1715, o poderoso monarca português D. João V viu-se novamente obrigado a proibir a venda de *muitsai* embarcadas em Macau para os mercados de Goa: o vice-rei, porém, levantou sérias dúvidas sobre esta medida régia, argumentando que as escravas naturais de Macau deveriam ser proibidas de sair do enclave devido aos prejuízos demográficos e sociais que a sua saída provocava no desenvolvimento da cidade, mas já aconselhava a venda das crianças compradas na província de Guangdong com apenas “um ano ou dezoito meses de idade”. Na sua opinião, se este tráfico não fosse permitido com algum lucro estas crianças compradas entre famílias chinesas muito pobres veriam as suas “almas perdidas”.⁶⁸ É preciso esperar pelos reflexos da política pombalina contra o tráfico de escravos e a oposição do seu “representante” em Macau, o “iluminado” bispo frei Hilário de Santa Rosa que, governando a diocese entre 1742 e 1752, escreveu com frequência contra o escândalo da abundante escravatura feminina chinesa e timorense que circulava e se instalava na sociedade macaense. Finalmente, em Março de 1758, o rei D. José I, inspirado por Pombal, decretaria a proibição do tráfico de escravatura chinesa em Macau, mas, numa atitude mais do que equívoca, interditava também o novo bispo macaense, D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis, de interferir na importação de escravas timorenses...⁶⁹

Estes breves apontamentos com que Boxer abria uma nova área de investigações na pouco estudada história social de Macau haveriam de se desenvolver mais tarde, em 1975, num dos livros que constitui uma das mais magistrais lições do célebre historiador sobre essa área quase negligenciada da história social do império colonial português: *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas (1415-1815)*.⁷⁰ O capítulo terceiro desta obra referencial investiga comparativamente a história das mulheres na “Ásia

portuguesa e nas Filipinas espanholas” (pp. 63-95), perspectivando a participação feminina na formação e desenvolvimento da sociedade macaense com esta lição geral, mas infelizmente despida de originalidade:

*“Founded in or around the years 1555-7, there were, in all probability no white women among the original settlers (moradores). These latter did not at first mix with the Chinese population of neighbouring Heungshan, and the women with whom they lived were Japanese, Malays, Indonesians and Indians, many of them being slaves. Within a short time, however, a substantial population of Chinese settled in the growing port. This quickly became an entrepôt for the China-Japan trade, since the ruling Ming dynasty forbade its own subjects to trade with Japan, or the Japanese with China. The Portuguese men, therefore, soon started to intermarry with Chinese women and, still more often, to use them as concubines and indentured girl-servants, mui-tsai.”*⁷¹

Percorrendo vários dos textos históricos que fomos acompanhando – das descrições quinhentista dos padres jesuítas às memórias seiscentistas do viajante inglês Peter Mundy – Charles Boxer procurava identificar o processo de movimentação e inserção destas mulheres na vida social de Macau, destacando com interesse uma especialização social em que antigas escravas se foram vertendo nas “senhoras” do século xviii macaense, mas guardando evidentes resquícios da sua vetusta “etnicidade”:

*“The upper-class ladies of Macao did not become more Sinified, although in the last quarter of the eighteenth century they were still speaking a local patois rather than correct Portuguese, and only a few of them wore European-style dress rather than the traditional saraça.”*⁷²

Para nosso descontentamento, a interessante investigação boxeriana não se interessa em esclarecer este feminino processo de mobilidade e promoção sociais, antes vai optando por acumular fragmentariamente alguns dados sobre a circulação da orfandade encontrados em documentação testamentária, somando-se à frequência de alguns “casos”, sendo o mais importante a conhecida e muito glosada narrativa dessa extraordinária aventura amorosa de princípios do século xviii entre o poderoso capitão António Albuquerque Coelho e a pueril Maria de Moura,

小西洋國夷人

小西洋去中土萬里屬於大西洋連歲日守之衣冠狀貌與大西洋略同常披紫

衣廣兵器器婦青帕蒙首者長衣圓領幅於前袖羊履喜執繡踏以君針畫

小西洋國夷人
小西洋去中土萬里屬於大西洋連歲日守之衣冠狀貌與大西洋略同常披紫
衣廣兵器器婦青帕蒙首者長衣圓領幅於前袖羊履喜執繡踏以君針畫



HISTORIOGRAPHY

provavelmente de “mestiças” origens. Cruzando toda esta informação, a que não escapa mesmo a instalação, desde 1633, dessa alternativa elevada de vida feminina trazida de Manila pelas fundadoras do mosteiro de Santa Clara da cidade, o livro de Charles Boxer encontra-se autorizado a concluir sobre a matéria feminina de Macau que

*“The considerable mixture of Chinese blood which the Macaonese absorbed in the course of centuries derives largely from the co-habitation of Portuguese and Eurasian male householders with their mui-tsai. These latter were unwanted Chinese female children who were sold by their parents into domestic service for a fixed number of years (normally forty), or for the term of their natural lives. The practice of selling such girls to the inhabitants of Macao started very early, and it continued for over three centuries despite reiterated prohibitions by both the Portuguese and the Chinese authorities. As mentioned previously, while some of these children were badly exploited and ill-treated, others were brought up as if they were the owners’ own children and were often provided for in their last wills and testaments. The surviving records of the Santa Casa da Misericórdia bear evidence of this. They recall the similar bequests made in favour of slaves and servants under similar circumstances of the other side of Portuguese world in the Azores and at Bahia.”*⁷³

Quando se prossegue o trabalho de Charles Boxer precisamente aí onde a sua obra nos deixou, investigando densamente as muitas centenas de testamentos e legados deixados à Misericórdia de Macau desde os horizontes de 1590 até princípios do século XIX, pesquisa que se pode e deve ampliar com outras informações, inventários e documentação primária, torna-se possível identificar com mais clareza as principais estruturas sociais da ordem demográfica tradicional do enclave.⁷⁴ Assim, entre finais do século XVI e finais do século XVIII, a população de Macau caracteriza-se continuamente por duas maiorias nitidamente associadas tanto como complementares: a população maioritária foi sempre demoradamente chinesa, ao mesmo tempo que predominava expressivamente a população feminina sobre a masculina. Com efeito, os habitantes chineses dominaram sempre o trabalho do enclave, assegurando

a produção do proletariado agrícola e proto-industrial local, construindo a rede do comércio interno, concretizando parte importante dos serviços alimentares, de abastecimento e de transportes, especializando uma divisão social do trabalho que limitava a circulação da minoria cristã ao comércio marítimo, aos serviços burocráticos e administrativos, a algumas profissões liberais e à polícia da sua própria comunidade. Mesmo a história do capital neste período destaca a incorporação de investimentos de capitais chineses documentadamente desde, pelo menos, meados do século XVII, sendo possível que estes capitais tenham saído directamente dos grupos superiores da população chinesa de Macau, como era o caso de boticários, médicos, comerciantes grossistas e cambistas.

As estruturas de parentesco, familiares e os comportamentos demográficos desta continuada maioria da população macaense encontram-se largamente por estudar e documentar. As fontes primárias disponíveis permitem, em contraste, reconstruir as estruturas do sistema demográfico tradicional da população minoritária cristã, congregando um número diminuto de portugueses europeus a euro-asiáticos e dominante escravatura, sobretudo asiática, mas também oriunda de espaços africanos. Neste sector cristão da população do enclave a predominância feminina era ainda mais nítida, sendo demoradamente alimentada pela sucessiva incorporação dessas crianças chinesas compradas e cambiadas tanto entre os chineses marítimos como nas regiões vizinhas de Macau. Esta população feminina maioritária assegurava o equilíbrio do mercado matrimonial do território, os serviços domésticos e sexuais. A incorporação desta população feminina fazia-se através do que, entre os séculos XVI e XVIII, se designava por “casa”: unidades domésticas alargadas em que conviviam várias famílias nucleares de progenitores e descendentes biológicos com comensais, escravos e criados, enformando um sistema de relações sociais estruturado. Para estas famílias extensas, a acumulação de jovens mulheres constituía um capital simbólico tão importante como a acumulação de capital económico. Era a apropriação em unidades domésticas alargadas destas crianças e jovens mulheres chinesas que permitia ganhar posições favoráveis no mercado matrimonial da comunidade cristã local, saturado de mulheres e escasso em homens. Conseguir casamentos favoráveis significava concretizar alianças sociais indispensáveis na reprodução do poder político, social e económico

⁷³ “Homem e Mulher dos países atlânticos”, no “Quadro dos tributários do imperador Qianlong” (2.ª metade do século XVIII).

HISTORIOGRAFIA

de um sector da população de Macau excessivamente debruçado e dependente dos jogos das trocas do comércio marítimo.

Esta especialização social com impacto demográfico gerou um processo progressivo de elitização social, produzindo uma alta burguesia comercial urbana que se começa a estabilizar em meados do século xviii e que estará nas origens da invenção narrativa das identidades “macaenses”. Cruzando, assim, processo social e estruturas demográficas, entre os séculos xvi e xviii, é possível sistematizar a organização do sistema demográfico tradicional de Macau em torno das seguintes características fundamentais:

- o mercado matrimonial aparece dominado pela circulação feminina cujo controlo funcionou como um dos mais importantes processos de regulação demográfica local;

- a idade do casamento mostra continuamente uma estrutura de casamento feminino precoce, entre os 12 e 16 anos, não se documentando alterações conjunturais a este sistema, o que significa que a mudança da idade do casamento não foi necessária como regulador demográfico;

- documenta-se igualmente uma demorada estrutura de recasamentos femininos que, apesar do saturado mercado matrimonial, indiciam um processo de elitização social através de formas de casamento quase endogâmico entre as elites comerciais cristãs macaenses;

- a comunidade católica exhibe na longa duração uma preferência pela estruturação de famílias extensas, sobrepujando as relações parentais biológicas para perseguir formas de aliança parental sociais e simbólicas que se afiguram fundamentais na produção das burguesias comerciais e capitalistas de Macau.

Este sistema que, entre finais do século xvi e finais do século xviii, permitiu estruturar a demografia e parte importante das relações sociais também da comunidade cristã de Macau não se mostra significativamente de origem europeia. Pelo contrário, as estruturas demográficas da Europa pré-industrial assentavam diferentemente em estruturas de casamento tardio masculino e feminino que funcionavam como regulador estratégico face às crises recorrentes de mortalidade.⁷⁵ Em contraste, não se documentam na história demográfica e social

de Macau crises importantes de mortalidade gerando alterações significativas nos padrões demográficos tradicionais. A sociedade macaense, incluindo os sectores populacionais maioritários, não se foi alterando sob a pressão de crises agrícolas, apesar da sua importância na história económica e social do Sul da China, enquanto as crises e alterações nos ciclos comerciais do enclave tinham fundamentalmente eco no pequeno volume de mercadores portugueses em passagem ou fixação na cidade, e muito menor influência na extensão da população laboral local.

O território conseguiu, assim, estabilizar o seu tecto demográfico até princípios do século xix em cerca de 12 000 a 15 000 pessoas, reivindicando cerca de 2000 a 3000 uma condição católica em que se incluía uma estreita minoria de identidade “portuguesa” privilegiada no seu acesso aos cargos políticos municipais e na sua dominação do comércio marítimo. Este tecto demográfico tradicional foi possivelmente defendido estrategicamente tanto pelas autoridades municipais “portuguesas”, organizadas em torno dos dois pilares fundamentais do regime, o Leal Senado e a Santa Casa da Misericórdia, vigiando o acesso à comunidade cristã local, ao mesmo tempo que os mandarins chineses regionais foram vigiando e limitando a extensão da emigração chinesa para Macau. Um paradigma demográfico que foi ainda cuidadosamente observado e descrito pelo viajante inglês George Staunton, membro da célebre embaixada britânica dirigida por Lorde George Macartney, entre 1792 e 1794, fracassadamente famosa por não ter conseguido convencer o imperador Qianlong a abrir os portos da China aos tratos do poderoso império britânico. No seu relato da embaixada, Staunton oferece-nos uma atenta descrição de Macau, cidade visitada em Junho de 1793, adiantando acerca da população esta estimativa demográfica esclarecedoramente combinada com uma interessante discriminação sociológica:

“Os portugueses são demasiado orgulhosos e indolentes para se rebaixarem à condição de camponeses ou artífices. Não existe talvez em todo o seu território um único operário, artesão ou lojista que seja português quer por nascimento quer por descendência. A população totaliza cerca de doze mil, dos quais muito mais de metade são chineses”.⁷⁶ **RC**

NOTAS

- 1 Estas informações quantitativas foram sumariadas a partir de: J. Dyer Ball, *Macao: The Holy City: The Gem of the Orient Earth*. Canton: The China Baptist Publication Society, 1905; Bento da França, *Subsídios para a História de Macau*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888; idem, *Macau*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1888; idem, *Macau e os Seus Habitantes. Relações com Timor*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- 2 *Monumenta Sinica*, ed. John W. Witek. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 2002, vol. 1, p. 455.
- 3 Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997, p. 112 (Carta de 1563, Dezembro, 1 – Macau).
- 4 *Ibidem*, p. 119.
- 5 Wu Zhiliang 吴志良 et al. (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian* 明清时期澳门问题档案文献汇编 (Coleção Documental de Arquivos das Dinastias Ming e Qing Relativos a Macau). Pequim: Editora do Povo 1999, vol. 5, p. 263, citado em Jin Guo Ping 金国平, “O valor documental da Peregrinação. Contributo para a história da presença portuguesa na China e da fundação de Macau”, in *Administração* (Macau), n.º 72, 2006, p. 779.
- 6 Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, p. 136.
- 7 Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infiéis à nossa santa fé católica nos reinos e províncias da Índia Oriental*, ed. de José Wicki, 3 vols. Coimbra: Atlântida, 1957, 1960 e 1962.
- 8 *Ibidem*, p. 144.
- 9 Esta passagem da crónica de Sebastião Gonçalves instalou-se também no *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, da autoria do padre Francisco de Sousa, livro impresso em 1710, com esta redacção: “embarcaram-se para a Índia mais de 450 escravas de preço e na última nau que partiu para Malaca se embarcaram ainda duzentas que eram as mais perigosas e as mais difíceis de se lançarem fora”. Alguns estudos citam este excerto como se fosse informação original de Francisco de Sousa recolhida em 1563 (veja-se, por exemplo, Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988, p. 12).
- 10 *Documenta Indica*, ed. de Joseph Wicki. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1962, vol. VII, p. 614.
- 11 *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitánias, e mais Cargos que nelas há e da importância deles*, ed. de Francisco Mendes da Luz. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1952.
- 12 *Ibidem*, p. 105.
- 13 Charles R. Boxer, *Macau na Época da Restauração/Macau Three Hundred Years Ago*. Macau: Imprensa Nacional, 1942, p. 28.
- 14 Charles R. Boxer, “Macau, dia 24 de Junho, ano de 1622”, in *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770*. Macau: Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990, pp. 83-102, Jerónimo Rodrigues, *Relacion de la Vitoria que alcanço la Ciudad de Macao en la China contra los Olandeses*. Lisboa: Pedro Craesbeck, 1623, fl. [3].
- 15 António Fialho Ferreira, *Relação da viagem que por ordem de Sua Majestade fez António Fialho Ferreira deste Reino à cidade de Macau na China. E felicíssima aclamação de S. M. el rei Nosso Senhor D. João o IV que Deus guarde na mesma Cidade e partes do Sul*. Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1643; Manuel Jacome de Mesquita, *Relação do que sucedeu na cidade de Goa e em todas as mais cidades e fortalezas do estado da Índia na feliz aclamação del Rei D. João o IV*. Goa: Colégio de S. Paulo da Companhia de Jesus, 1643; João Salgado Araújo, *Sucessos Militares das Armas Portuguesas em suas fronteiras depois da Real aclamação contra Castela. Com a geografia das Províncias e nobreza delas*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644. O Livro quinto desta obra geral reúne várias notícias sobre a recepção da Restauração nos “domínios ultramarinos”, intitulado-se o seu capítulo quarto: “Aclama a cidade de Macau na China a voz de Sua Magestade. Jornada de António Fialho Ferreira”.
- 16 Peter Mundy, *The Travels of Peter Mundy, in Europe and Asia, 1608-1667*, ed. de Richard Carnac Temple & Lavinia Mary Anstey, 5 vols. Londres: Hakluyt Society, 1907.
- 17 Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente*, ob. cit. p. 64.
- 18 *Ibidem*, p. 64. O “real de oito” era a moeda mais comum no comércio do Extremo Oriente depois dos espanhóis a terem fixado e difundido a partir de Manila com o peso a “ochos reales”, sendo também popularmente conhecida por *duro*. Em 1584, a moeda era oficialmente cotada em Goa a um cruzado, 400 reis ou 6 2/3 tangas. Peter Mundy oscila a sua conversão já em torno das 10 tangas.
- 19 *Ibidem*, p. 84.
- 20 Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Cod. 52/XIV/23 – François Foger, *Relation du Premier Voyage des Français a la Chine*. Ms., 1698-1700.
- 21 José de Aquino Guimarães e Freitas, *Memória sobre Macao*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1828.
- 22 *Ibidem*, p. 15.
- 23 Anders Ljungstedt, *A Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of Roman Catholic Churches and Missions in China*. Boston: James Munroe, 1836.
- 24 *Ibidem*, p. 22.
- 25 *Ibidem*, p. 22.
- 26 *Ibidem*, p. 25.
- 27 A. Marques Pereira, *Ephemerides Commemorativas da História de Macau e das Relações da China com os Povos Cristãos*. Macau: José da Silva, 1868.
- 28 J. Gabriel B. Fernandes, *Apontamentos para a História de Macau*. Lisboa: Typographia Universal, 1883.
- 29 Bento da França, *Subsídios para a História de Macau*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- 30 Bento da França, *Macau*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1888.
- 31 Bento da França, *Macau e os Seus Habitantes. Relações com Timor*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- 32 Manuel de Castro Sampaio, *Os Chins de Macau*. Hong-Kong: Typographia de Noronha & Filhos, 1867.
- 33 *Ibidem*, pp. 5-7.
- 34 *Ibidem*, p. 9.
- 35 *Ibidem*, p. 34.
- 36 Bento da França, *Macau e os Seus Habitantes...*, p. 15.
- 37 J. Dyer Ball, *Macao. The Holy City: The Gem of the Orient Earth*. Cantão: The China Baptist Publication Society, 1905.
- 38 *Ibidem*, pp. 2-3.
- 39 C. A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico*. Macau: Livros do Oriente, 1990 (primeira edição portuguesa da versão apreendida em 1926).
- 40 Alfredo Dias, “Montalto de Jesus. Macau no mundo”, in *Revista Macau*, n.º 67 (2002).
- 41 C. A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, p. 58.
- 42 Nos principais estudos sobre o *papiá cristám* de Macau, o léxico inventariado relativo às mulheres é quase todo de origem portuguesa ou chinesa. Assim, seguindo o vocabulário publicado por José dos Santos Ferreira encontramos: *âma* para criada/ama; *amui* para jovem criada de servir; *bicha* para menina vendida pelos pais; *garida* para jovem em idade de casar; *mulér* para mulher; *quiada* para criada de casa (José dos Santos Ferreira, *Papiá Cristam di Macau. Dialecto Macaense. Eptiome de Gramática Comparada e Vocabulário*. Macau: Tipografia das Missões, 1978, pp. 43, 44, 47, 64, 65, 74, 76 e 81).

HISTORIOGRAFIA

- O extenso glossário do dialecto macaense publicado por Graciete Nogueira Batalha acrescenta ao vocabulário anterior *crioula*, para rapariga órfã (?) e *moça* para escrava africana (?) – não estarão os significados invertidos? –, sugerindo ainda que o termo *nbonha* para “mulher nova, solteira ou casada” teria origem no malaio *nyonya* ou *nonya* com que se designava uma mulher casada chinesa (Graciete Nogueira Batalha, *Glossário do Dialecto Macaense. Notas Linguísticas, Etnográficas e Folclóricas*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988, pp. 155, 222 e 230). Ferreira defende a origem portuguesa e afro-portuguesa do termo *nbonha* a partir de corruptela de senhora, podendo, como se sabe, visitar-se o termo *nona* (senhora) em muitos horizontes de circulação histórica portuguesa, do Brasil a Timor Leste. Seja como for, trata-se de um indício minoritário, sendo mais significativo o vocabulário herdado pelo *patuá* de Macau do cantonense para categorizar situações femininas bem demarcadas socialmente.
- 43 C. A. Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, p. 339.
- 44 Artur Levy Gomes, *Esboço da História de Macau (1511-1849)*. Macau: Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística, 1957.
- 45 Luís Gonzaga Gomes, *Páginas da História de Macau*. Macau: Notícias de Macau, 1966.
- 46 Gonçalo Mesquitela, *História de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1996-1999, 3 vols., 6 tomos.
- 47 *Ibidem*, vol. 1, pp. 15-16. O extracto reproduzido é acompanhado pelas notas 9 e 11 que citam a primeira edição do *Historic Macao* de Montalto de Jesus, p. 42.
- 48 Almerindo Lessa, *A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente. Biologia e Sociologia de uma Ilha Cívica* (Macau: Imprensa Nacional, 1974). A obra foi publicada no mesmo ano em versão francesa inserida numa colecção de monografias de hemotipologia, guardando o mesmo título geral, mas alterando o subtítulo de onde desapareceu a alusão a “uma ilha cívica”: *L’histoire et les hommes de la première république Démocratique de l’Orient: anthropobiologie et anthroposociologie de Macao*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1974. No entanto, o texto base da obra é quase integralmente a tese de doutoramento apresentada por Almerindo Lessa, em 1970, na Faculdade de Ciências da Universidade de Toulouse com o título muito menos atrevido de *Anthropobiologie et anthroposociologie de Macao. L’histoire et les hommes*. Toulouse: Université de Toulouse, 1970, pol. Texto e argumentação desta tese seriam ainda utilizados em idem, “A população de Macau. Génesis e evolução de uma sociedade mestiça”, in *Revista de Cultura*, Macau, n.º 20 (1994), pp. 97-126, e idem, *Macau. Ensaios de Antropologia Portuguesa dos Trópicos*. Macau: Administração de Macau/Fundação Oriente/Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Português do Oriente, 1996.
- 49 *Ibidem*, pp. 15-16.
- 50 *Ibidem*, p. 103.
- 51 *Ibidem*, pp. 104-105.
- 52 *Ibidem*, p. 105.
- 53 *Ibidem*, p. 9.
- 54 *Ibidem*, p. 16.
- 55 Sobre as estratégias de construção da identidade dos “macaenses”, com muito pouca história, mas mobilizando as modernas teorias da antropologia, veja-se o estudo de João Pina Cabral e Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993.
- 56 Almerindo Lessa, *A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente...*, p. 17.
- 57 *Ibidem*, p. 17.
- 58 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*. Algumas partes da obra aparecem reproduzidas e sumariadas em idem, “Filhos da Terra”, in *Revista de Cultura*, Macau, n.º 20 (1994), pp. 11-59.
- 59 *Ibidem*, p. 3.
- 60 Importa sublinhar que os primeiros ensaios sobre “os macaenses” são muito anteriores à publicação do *Macau e os Seus Habitantes*, de Bento da França, em 1897. Apesar de ainda não termos feito uma pesquisa absolutamente exaustiva, a primeira obra que encontramos consagrada inteiramente aos macaenses é um pequeno opúsculo simplesmente assinado C. A. P., *Os Macaistas*. Hong Kong, 1869 (Luís Gonzaga Gomes, *Bibliografia Macaense*. Macau: Imprensa Nacional, 1973, p. 32, n.º 328, também não identifica o autor). Quando se começa a ler este breve texto, o nosso quase anónimo autor esclarece que “os macaistas, ou macaenses, são descendentes dos antigos portugueses que acompanharam os heróis da lusa epopeia para estas paragens, e de outras que em tempos menos remotos vieram estabelecer-se na China” (p. 4). O prestígio desta ascendência rapidamente se vaza em protesto político, assim ajudando a perceber a pouco clara autoria desta edição. Com efeito, opondo-se firmemente à fusão dos círculos eleitorais de Macau e Timor decretada pelo governo de Lisboa, o nosso autor defende a necessidade de mobilizar os macaistas para contrariar “a última lei eleitoral que determina que os círculos de Macau e Timor sejam fundidos num só, porque sendo os eleitores de Timor o triplo dos de Macau, hão-de os macaistas, civilizados e ilustrados, por força ser representados pelo eleito dos semi-bárbaros de Timor” (p. 5). Sem comentários.
- 61 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, p. 4.
- 62 *Ibidem*, p. 7.
- 63 *Ibidem*, p. 7.
- 64 *Ibidem*, p. 25.
- 65 Charles R. Boxer, *Fidalgos in the Far East (1550-1770). Fact and Fancy in the History of Macao*. Haia: Martinus Nijhoff, 1948, cap. 13, “The Muitsai in Macao”, pp. 222-241.
- 66 *Ibidem*, p. 223.
- 67 *Ibidem*.
- 68 *Ibidem*, p. 237.
- 69 *Ibidem*, p. 239.
- 70 Charles R. Boxer, *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas (1415-1815). Some Facts, Fancies and Personalities*. Londres: Duckworth, [1975].
- 71 *Ibidem*, p. 84.
- 72 *Ibidem*, p. 86.
- 73 *Ibidem*, p. 88.
- 74 Seguimos e resumimos a partir daqui Ivo Carneiro de Sousa, “A Misericórdia de Macau. Caridade, poder e mercado nupcial”, in *Revista de Cultura*, Edição Internacional, Macau, n.º 14 (Abril 2005), pp. 26-41; idem, *A Outra Metade do Céu de Macau. Escravidão e Orfandade Femininas, Mercado Matrimonial e Elites Mercantis (Séculos XVI-XVIII)*, no prelo.
- 75 Michael Anderson, *Elementos para a História da Família Ocidental (1500-1914)*. Lisboa: Ed. Quercus, 1984.
- 76 Cecília Jorge e Rogério Beltrão Coelho, *Viagem por Macau. Comentários, Descrições e Relatos de Autores Estrangeiros (Séculos XVII a XIX)*. Macau: Governo de Macau/Secretário para a Comunicação, Cultura e Turismo/Livros do Oriente, 1997, vol. 1, p. 32.